

Novo ACT do Saúde Caixa foi assinado nesta quarta-feira (31/12)

O aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do plano de saúde dos empregados e empregadas da Caixa, o Saúde Caixa, foi oficialmente assinado na última quarta-feira (31/12). A assinatura marca o fechamento das negociações entre o banco e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE), que assessora a Contraf-CUT e o Comando Nacional dos Bancários. O acordo negociado garante a continuidade do plano em condições que preservam direitos fundamentais da categoria.

“A assinatura do aditivo ao ACT do Saúde Caixa representa não apenas a defesa de um dos mais importantes benefícios da categoria, mas também a vitória da organização e da mobilização coletiva contra aumentos abusivos e retrocessos”, afirmou o secretário-geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga.

Entre as principais conquistas da negociação, está o reajuste zero nas mensalidades, que mantém os percentuais pagos pelos trabalhadores e trabalhadoras e seus dependentes, preservando a participação atual (3,5% sobre o salário do titular e até R\$ 480,00 por dependente). Esse resultado evita o repasse dos crescentes custos médicos e assistenciais ao bolso dos usuários em um contexto de forte inflação médica no país.

O acordo também mantém as regras de coparticipação e os limites máximos estabelecidos, como o teto anual de R\$ 3.600,00 por grupo familiar e o pacto intergeracional e de mutualismo, pilares que garantem a sustentabilidade solidária do plano.

Também foi aprovada a possibilidade de inclusão de filhos até 27 anos como dependentes, ampliando a proteção das famílias dos empregados e empregadas da Caixa.

A partir da assinatura do aditivo, as contribuições patronal e dos empregados incidentes sobre valores pagos em ações judiciais de natureza salarial serão vertidas ao Saúde Caixa, fortalecendo a base financeira do plano sem onerar ainda mais os usuários.

A assinatura do ACT agora consolida um processo que começou com resistência à proposta da Caixa, que queria repassar déficits crescentes aos usuários. Neste caso, os valores a serem pagos pelos usuários poderia sofrer aumentos de até 71% nas mensalidades, conforme proposta original do banco no início das negociações.

Além disso, os dados apresentados pela Caixa sobre o desempenho financeiro do plano reforçam a importância do acordo: projeções apontam déficit acumulado superior a R\$ 560 milhões em 2025, com despesas assistenciais em crescimento expressivo, confirmando que sem o novo ACT os custos seriam repassados aos usuários.